

## ARTE E JUSTIÇA - XXV

### Representações imagéticas da Justiça na Arte Popular



*Em colaboração com o CEJ, o Museu Nacional de Arte Antiga pretendeu, no âmbito de um curso de formação, mostrar a juízes e magistrados do Ministério Público uma outra perspectiva do lugar da Justiça na sociedade portuguesa, através das representações imagéticas da Justiça na Arte portuguesa.*

***«A justiça tem numa das mãos a balança em que pesa o direito, e na outra a espada de que se serve para o defender. A espada sem a balança é a força brutal, a balança sem a espada é a impotência do direito.»***

*Rudolf von Ihering*

As imagens são, desde sempre, meios de estudo da História, principalmente em tempos mais recuados. Mas são também meios de acção e reacção no presente. E são igualmente instrumentos de mudança do futuro. São subjectivas, mas objectivam-se.

Mostram estes objectos de arte uma forma de ver uma determinada situação, a perspectiva do seu autor ou do tempo em que este se insere. Mas têm um potencial destrutivo ou construtivo não negligenciável.

As representações imagéticas da Justiça configuram uma percepção externa sobre ela, como modo de realização de um ideal ou de concretização de um sistema de valores.

Trata-se de «justiça recriada<sup>1</sup>». A justiça é olhada principalmente pelo lado da injustiça. Mas deve também ser retratada no que tem de mais positivo: o rigor, a igualdade, a equidade e a humanidade. Assim, CUNHA RODRIGUES definiu a justiça como «um ponto privilegiado de observação da ordem e da desordem – dois polos e dois limites da estruturação da vida em comunidade; tateia a intimidade da pessoa e encerra os acontecimentos reproduzindo o real num único tempo e espaço dramáticos<sup>2</sup>».



Nestas imagens, a deusa Justiça é representada com vários elementos essenciais:

- i. A **espada**, que simboliza a imperatividade, a força, a coragem, a coercibilidade, a ordem e a regra.
- ii. A **balança**, que simboliza a equidade, a ponderação, a humanidade e a atenção.
- iii. Os **olhos vendados**, o que representa a isenção, a imparcialidade, a igualdade e

a

object  
ividade  
e.



<sup>1</sup> Cunha Rodrigues, “Representações da Justiça em Miguel Torga”, 1994, página 4.

<sup>2</sup> Cunha Rodrigues, “Representações da Justiça em Miguel Torga”, 1994, página 16.



Muitas vezes, a justiça é encarada com desconfiança, até mesmo pelos mais jovens, seja pelo anunciado resultado do julgamento sobretudo de alguns casos mediáticos, em que não se compreendem ou não dão a conhecer todas as diversas variáveis, seja pela morosidade do sistema judiciário, que não pode reagir precipitadamente.

Na arte popular, a imagem da justiça também costuma ser utilizada como meio para denunciar as graves e permanentes injustiças sociais que assolam o povo e sobretudo os mais fragilizados. E para denunciar a inércia na reação às severas assimetrias económicas, sociais e culturais que geram aquilo a que se costuma chamar de *justiça para ricos e justiça para pobres*.





Partindo das imagens, entende-se que a justiça pode potenciar importantes reflexões jurídicas, principalmente as que se referem às questões culturais, sociais, políticas e económicas, muitas delas que não são missão da justiça.

Os *media* têm também um importante papel na imagem que a sociedade em geral tem da Lei, da Jurisprudência, da Doutrina e da Justiça, dado o enorme poder de conformação que têm na formação da opinião de muitas pessoas, e até na divulgação *urbi et orbi* destas representações imagéticas provenientes de vários autores, o que, infelizmente, fazem muitas vezes com irresponsabilidade de quem só vê a *espuma* e se fica pela superficialidade das coisas.

Em suma, conclui-se que as diferentes representações imagéticas da Justiça na Arte Popular mostram uma visão muito particular da sociedade e, em muitos casos, a descrença da população nos tribunais e na própria Justiça.



Por outro lado, a representação da Justiça através de uma deusa com os elementos que a caracterizam transmitem uma ideia de justiça como um estado ideal de coisas onde o direito, a igualdade, o equilíbrio, a imparcialidade e a ordem social combatem por uma sociedade melhor e com menos injustiça.

Mariana Correia Pais